
O POTENCIAL ESTRATÉGICO
DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Manuel Filipe Correia de Jesus

O POTENCIAL ESTRATÉGICO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS (*)

INTRODUÇÃO

Este é o terceiro ano consecutivo em que tenho oportunidade de abordar, neste IDN, temas relativos às Comunidades Portuguesas.

Em 1988, foquei especialmente os fundamentos da política para as Comunidades Portuguesas do actual Governo, os seus objectivos e os seus instrumentos.

Falei sob o Mundo Universal Português, onde coexistem, a par de 12 milhões de cidadãos portugueses residentes em Portugal, cerca de 4 milhões de Portugueses e lusodescendentes residentes no estrangeiro.

Referi a necessidade de uma transformação de mentalidades que nos corrija o campo de visão — durante tantos anos restrito aos emigrantes — alargando-o para um fenómeno mais complexo e duradouro: as Comunidades Portuguesas.

E apelei, em especial, aos que — pela sua posição funcional ou profissional — estão em condições de repercutir essa onda transformadora contribuindo decisivamente para que seja ganho este desafio de natureza eminentemente cultural.

No ano passado, centrei a análise deste tema numa perspectiva dinâmica, resumindo em traços gerais a acção do Governo em matéria de comunidades portuguesas.

Falei também dos sinais de mudança: sinais que todos nós sentimos no dia-a-dia, no nosso contacto permanente com as Comunidades Portuguesas, com os nossos compatriotas residentes no estrangeiro.

(*) Palestra proferida ao CDN/90 no Instituto da Defesa Nacional.

Enunciei os pressupostos em que se baseia a acção política do Governo e que, sinteticamente, são os seguintes:

- Os cerca de 4 milhões de portugueses residentes no estrangeiro e suas comunidades são um elemento estruturante da Nação Portuguesa.
- É, em boa parte, através deles que se afirma hoje a nossa vocação universalista e humanista;
- É característica dos portugueses uma enorme capacidade de abertura a outros povos e culturas e uma invulgar facilidade de integração em novos ambientes;
- As nossas língua e cultura constituem ainda o elo mais forte que nos liga a todos, dentro e fora de Portugal;
- Somos todos cidadãos portugueses, iguais em direitos e deveres, independentemente de residirmos no estrangeiro ou no território nacional;
- É necessário aprofundar o amor à Pátria e cultivar o orgulho de sermos portugueses.

Com base nestes pressupostos, salientei as grandes linhas de actuação da actividade governativa no campo das Comunidades Portuguesas, designadamente quanto à reorganização dos serviços, no que toca ao esforço de reestruturação e de ampliação da rede consular existente ou no que respeita à intensificação e melhoria dos fluxos noticiosos entre Portugal e as Comunidades, entre estas e Portugal e destas entre si.

Abordei as grandes metas do Governo relativamente:

- A divulgação da Língua e da Cultura Portuguesa;
- A busca de uma efectiva igualdade de direitos políticos entre os portugueses residentes e não residentes em Portugal;
- A permanente e laboriosa defesa dos direitos e dos interesses dos portugueses residentes no estrangeiro;
- A necessária cativação dos lusodescendentes, especialmente dos jovens;

A cada vez mais importante influência social e política nas sociedades de acolhimento e, ainda, relativamente à temática do regresso definitivo e da reinserção.

Sobre todos estes assuntos, detive-me pormenorizadamente explicitando o muito que tem sido feito pelo Governo e a obra imensa que ainda está por realizar.

Penso ter deixado neste IDN uma mensagem de esperança e de entusiasmo, despertando o interesse dos que aqui reflectiram comigo para a temática das Comunidades Portuguesas.

Porém, esta temática adquiriu agora um redobrado interesse.

Face à velocidade com que se desencadeiam os acontecimentos na cena internacional e ao necessário reajustamento de posições e de objectivos, as Comunidades Portuguesas podem vir a assumir um papel decisivo na definição das grandes linhas estratégicas da política externa Portuguesa nos anos 90.

E é sobre este tema apaixonante — o potencial estratégico das Comunidades Portuguesas — que gostaria de me deter este ano.

Antes de começar, devo alertar-vos para o carácter sumário e meramente reflexivo desta minha exposição.

Procurarei não alongar-me em demasia sobre um tema que, para além de ser especialmente complexo e, por isso mesmo, de difícil enquadramento e sistematização, exige alguma discrição na sua abordagem.

Tentarei — numa primeira parte — caracterizar o potencial estratégico das Comunidades Portuguesas, identificando os aspectos que, na minha opinião, mais relevam para o interesse estratégico destas Comunidades.

Numa segunda parte, procurarei encaminhar a vossa atenção para o papel instrumental das Comunidades Portuguesas no âmbito mais vasto deste potencial estratégico, abordando a acção política que tem vindo a ser desenvolvida relativamente aos grupos de pressão ou — como é habitual designá-los na gíria política — «lobbies» portugueses no estrangeiro.

Tentar uma caracterização do potencial estratégico das Comunidades Portuguesas é uma tarefa sempre difícil.

Podemos mesmo dizer que é impossível: o simples facto de existirem 4 milhões de portugueses e lusodescendentes espalhados pelo Mundo, com comunidades significativas em, pelo menos, 40 países, dá uma pequena ideia do problema.

Mas, é precisamente esse o factor que melhor caracteriza o potencial estratégico das comunidades portuguesas: a sua dimensão.

Dimensão esta que se revela na heterogeneidade das diferentes comunidades e que se traduz na capacidade das mesmas em se inserirem e se

adaptarem, com extrema facilidade, às regras sociais e económicas vigentes nos países de acolhimento.

É, pois, neste entrosamento das nossas diferentes comunidades com as respectivas sociedades de acolhimento, que vamos encontrar o seu grande potencial estratégico.

Outros povos — alguns mesmo com menor capacidade de assimilação e adaptação — souberam explorar devidamente o potencial das respectivas comunidades, em benefício directo dos seus interesses estratégicos.

Os exemplos são muitos. Cito, entre os mais recentes, o papel importantíssimo desempenhado pela comunidade grega nos Estados Unidos da América na estratégia que conduziu à candidatura à Presidência do Senador Dukakis ou, ainda nos Estados Unidos, o papel empenhado e permanentemente desenvolvido pela comunidade judaica na defesa dos interesses estratégicos do Estado de Israel.

Infelizmente, não temos sabido desenvolver devidamente o nosso potencial neste domínio.

Em parte, porque não existiu ao longo da nossa história recente, uma consciencialização dos nossos quadros dirigentes para a importância e para o valor das Comunidades Portuguesas como agentes e instrumentos políticos de primeira grandeza, no quadro das relações internacionais.

Em parte, também, porque as próprias comunidades ainda não se aperceberam do seu potencial.

Para tal tem contribuído, segundo julgo, uma visão algo reducionista desta temática:

Quase intuitivamente, somos condicionados e inibidos pela dimensão de alguns dos exemplos mais marcantes que todos nós conhecemos — incluindo os que foquei há pouco —, só possíveis graças ao empenho militante dessas comunidades e ao seu grande peso económico nos países de acolhimento.

Esquecemos, todavia, que o interesse estratégico das Comunidades Portuguesas no estrangeiro não se limita ao desenvolvimento de acções de grande impacto político.

O potencial estratégico dessas Comunidades é permanente e revela-se noutros sectores que não, apenas, os da estrita acção política.

Revela-se, antes de mais, no campo económico.

Primeiro, porque essas Comunidades podem facilitar a penetração dos produtos e dos projectos empresariais portugueses nos mercados dos respectivos países de acolhimento.

Em segundo lugar, porque podem canalizar meios e fontes de investimento para Portugal.

E este aspecto é ainda mais importante quando sabemos que o esforço de modernização da nossa economia passa pela obtenção desses meios e que os apoios que nos têm sido concedidos ao nível comunitário irão, progressivamente, ser reduzidos, quer por força da aproximação do fim do período transitório de Adesão e do início do Mercado Único Europeu, em 1993, quer por força dos novos cenários políticos na Europa de Leste.

Finalmente, porque algumas comunidades controlam sectores-chave da economia dos países de acolhimento, servindo de exemplo o Luxemburgo, a Venezuela e a África do Sul.

Mas, para além do interesse económico que as nossas comunidades revelam, é necessário não esquecer o imenso potencial científico e cultural que encerram, em especial no seio das novas gerações de portugueses e de lusodescendentes.

E este aspecto assume particular importância relativamente às comunidades sediadas em países sujeitos a fortes tensões políticas, sociais ou económicas, onde o apelo ao regresso ou vinda para Portugal é cada vez maior.

Tanto mais que o acentuado crescimento e modernização do nosso País, sentido nestes últimos anos, quebrou por completo a imagem negativa e pasadista que perdurava no espírito de muitos daqueles jovens.

Finalmente, importa ainda não esquecer que as Comunidades Portuguesas constituem uma reserva estratégica da Nação, a que nos habituámos a apelar nos momentos de crise.

Bastará, por exemplo, recordar o apoio dado pelos portugueses do Brasil ou da África do Sul aos nossos compatriotas que, em momentos difíceis da nossa história recente, se viram confrontados com situações dramáticas, em especial os que saíram de Angola e de Moçambique após a independência destes Países.

Como bastará também recordar que foi graças às remessas dos portugueses residentes no estrangeiro que se conseguiram manter em níveis mínimos os indicadores relativos à Balança de Transacções Correntes, há alguns anos atrás.

Constatamos, pois, que as nossas Comunidades encerram em si mesmas um potencial estratégico enorme.

Por isso, é legítimo concluir que as Comunidades Portuguesas constituem um dos factores essenciais na determinação do potencial estratégico do País.

E, a breve trecho, com as alterações que se têm vindo a verificar na cena internacional, é previsível que o realinhamento geopolítico e o reajustamento de objectivos daí resultantes, possa vir a determinar um papel estratégico vital para as Comunidades Portuguesas.

Nelas poderão ser encontradas virtualidades, até hoje desconhecidas e inexploradas, que nos permitam substituir ou compensar factores estratégicos entretanto desvalorizados, designadamente no que toca à nossa posição geoestratégica no quadro da Aliança Atlântica.

Nelas poderão assentar novos relacionamentos preferenciais de natureza política ou económica que, na eventualidade de uma diluição da unidade europeia, nos permita salvaguardar um espaço negocial autónomo.

Com o apoio de algumas dessas comunidades — e estou a lembrar-me do caso concreto dos nossos compatriotas na África do Sul — poderá até ser encetado o caminho para um regresso, rejuvenescido e necessariamente diferente, dos portugueses a Angola e Moçambique e à sua participação na construção do futuro destes dois Países.

Em suma, graças à reserva que nos é proporcionada pelo potencial estratégico das Comunidades Portuguesas, podemos ter a certeza de que dispomos de um leque de opções e de uma capacidade de manobra amplos, ao formularmos uma orientação de política estratégica para o País.

Enquadrado em linhas gerais o tema que me propus analisar, gostaria ainda de reflectir convosco sobre a vertente instrumental desta matéria.

Por outras palavras, sobre os mecanismos em que se pode traduzir e medir o potencial estratégico das Comunidades Portuguesas: ou seja, sobre os «lobbies» portugueses no estrangeiro.

Todos nós temos uma noção do «modus operandi» destes grupos de pressão, em especial nas sociedades onde a respectiva formação e funcionamento são encaradas com naturalidade, integrando-se perfeitamente nas regras do jogo político democrático.

É, entre outros, o caso dos Estados Unidos da América e, de uma maneira geral, de todos os países de tradição anglo-saxónica.

Não vou, como é óbvio, deter-me sobre o aspecto operacional dos grupos de pressão nem na sua análise fenomenológica, própria da ciência política.

Por me parecer pacífico, dou como assente que a criação destes «lobbies» portugueses serve o interesse nacional, pelo seu carácter multiplicador do potencial estratégico das Comunidades Portuguesas.

A reflexão que aqui pretendo suscitar liga-se, tão somente, à acção política que poderá ser desenvolvida pelo Governo Português tendo em vista a criação desses «lobbies», com respeito pela soberania dos países de acolhimento e do princípio de não ingerência nos respectivos assuntos internos.

Tal acção política deverá, no meu entender, visar dois objectivos:

Por um lado despertar nas Comunidades Portuguesas a consciência do seu próprio potencial estratégico, motivando-as para o desempenho de um papel activo na defesa dos interesses nacionais.

Por outro lado, criar condições para que esse papel activo seja desempenhado de forma duradoura e equilibrada.

Neste sentido, o Governo tem vindo a promover diversas acções e a lançar diferentes iniciativas que espelham bem o empenho e o interesse com que esta temática está agora a ser encarada.

Sem procurar ser exaustivo, enumerarei entre as principais acções já lançadas, ou em curso de execução, o projecto de informação triangular, a reformulação das estruturas representativas das Comunidades Portuguesas, a Exposição das Comunidades Portuguesas e a criação de um organismo federador dos empresários das Comunidades Portuguesas.

Com o projecto de informação triangular visou-se, primordialmente, a divulgação da realidade portuguesa junto das nossas comunidades, a troca de informações entre estas e finalmente, o conhecimento das comunidades em Portugal.

Numa palavra, desencadeou-se um mecanismo de fluxos noticiosos que irá permitir que, a pouco e pouco, cada português tenha uma visão global e omnicompreensiva da realidade portuguesa, independentemente do local da sua residência.

E essa visão, estou certo disso, será o primeiro passo para despertar os portugueses e, em especial, aqueles que residem no estrangeiro, para os problemas de interesse nacional, mormente para as grandes questões de interesse estratégico.

Mediante a reformulação das estruturas representativas das Comunidades Portuguesas, cujo diploma em breve será publicado, o Governo pretendeu — entre outros objectivos — criar as condições necessárias para que sejam aglutinadas em torno de uma estrutura sólida, credível e organizada, todas as forças vivas de cada uma das Comunidades.

Será uma forma de fomentar a união dos portugueses no estrangeiro, combatendo o imobilismo e as clivagens regionais que, infelizmente, ainda se verificam nessas Comunidades. Simultaneamente, será uma maneira de encontrarmos interlocutores válidos e, quem sabe, líderes naturais, nessas mesmas Comunidades.

Referi também entre o variado elenco de acções com reflexos nesta abordagem, a realização de uma grande Exposição das Comunidades Portuguesas, que tenha em vista projectar a história, os feitos e as potencialidades dessas Comunidades.

A simples existência de comissões locais para organizar a participação de cada uma das Comunidades nesta exposição é um fim em si mesmo: em comunidades tradicionalmente estáticas ou imobilistas, a organização destas comissões está a gerar um movimento de dinamismo e iniciativa que há, agora, que saber sedimentar e canalizar.

Finalmente, falei ainda da criação de um organismo federador dos empresários das Comunidades Portuguesas.

Trata-se de um projecto que estou particularmente empenhado em patrocinar, quer pelo seu carácter pioneiro, quer pelas possibilidades que encerra.

O objectivo é claro: fortalecer o relacionamento e a solidariedade entre todos os empresários das Comunidades Portuguesas e reforçar os respectivos laços com Portugal.

Será essa a melhor via para que, naturalmente e de forma independente, promovam a defesa dos seus interesses e, por arrastamento, dos interesses de Portugal, não só no campo económico, mas também como rampa de lançamento de um verdadeiro mecenato cultural nas Comunidades Portuguesas.

Muitas outras acções mereceriam aqui uma referência.

Mas julgo que mais importante do que uma mera enumeração é a certeza de que existe, no actual Governo Português, um pensamento claro e definido sobre o papel que deve ser desempenhado pelas Comunidades

Portuguesas, enquanto factor do potencial estratégico nacional, e quanto à forma de o pôr em prática.

Para o aprofundamento desta reflexão, conto, agora, com o vosso contributo.

Manuel Filipe Correia de Jesus

Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas